

Telex do BC é definido como “desastrado” e “inoportuno”

por Tom Camargo
de Londres

Bancos brasileiros que operam na Europa consideraram ontem “desastrado” e “inoportuno” o telex do Banco Central (BC) — número 043, do dia 23 — que determina como tais bancos devem proceder quando da eventual não-renovação de suas linhas comerciais e interbancárias mantidas com credores estrangeiros.

“O telex é irrelevante e um atentado à inteligência das partes envolvidas”, disse o gerente, em Londres, de um importante banco comercial brasileiro.

Ontem mesmo um banco regional norte-americano avisou a outro grande banco brasileiro que não pretendia renovar um determinado depósito, ao mesmo tempo que instruiu o devedor, que mantém apenas um escritório de representação na capital inglesa, a não fazer o fechamento da posição junto ao BC, como é previsto pela instrução da autoridade monetária.

“Se não pagarmos o emprestador, ele vai nos protestar”, disse o representante do banco em Londres. “Se não fizermos o depósito no BC, o máximo que nos pode acontecer é levar uma reprimenda.”

No final da tarde comentava-se que o BC estaria tendo uma reunião em Brasília para revogar a instrução, conhecida no jargão como “Renovação das Linhas de Crédito C e D”.

Uma apreciação comum a vários banqueiros é de que o BC não tem o direito de se outorgar o papel de centralizador do que o “métier” chama de “clean up”, não apenas por motivos puramente legais, mas também porque nenhum banco aceitaria, na atual situação de indefinição da negociação da dívida, liquidar uma determinada operação e reabri-la em seguida pouco mais à frente, como acontece habitualmente nos “cleanup”.

“Se o BC estava pensando em proteger os bancos brasileiros, o tiro saiu pela culatra, pois agora muito banco brasileiro médio, que não teria problemas

para renovar suas linhas, talvez passe a ser visto com desconfiança”, observou um banqueiro brasileiro de uma grande instituição.

Em Londres, a renovação de um grande número de linhas — um banco privado tinha uma grande concentração delas vencendo a partir desta segunda-feira — aconteceu normalmente nos bancos brasileiros que operam na praça (Banco do Brasil, Banespa, Real e Mercantil de São Paulo), “sem maior diálogo com os credores”, disse um dos banqueiros brasileiros.

Outro ponto que levanta dúvidas relaciona-se com o fato de se a resolução do BC é aplicável, na prática, tanto a linhas interbancárias quanto a linhas comerciais. Diz um banqueiro inglês que “em ambos os casos não há sentido em se aceitar que uma terceira parte intervenha numa relação de devedor e credor”.

O argumento segue no sentido de que o BC teria de decretar uma estatização

dos bancos brasileiros privados, com problemas no exterior, para poder intervir na situação. No caso de créditos comerciais, como cada operação se esgota em si mesma (nos casos de créditos dados “em bloco”, linhas pendentes, não usadas, podem ser cortadas a qualquer momento) a dificuldade estaria em determinar quais créditos não-honorados deveriam ser reportados ao BC e quais não deveriam.

Um banco francês argumentou ontem que já estava, nos últimos meses, com uma quantidade de recursos maior do que a originalmente negociada no último reescalonamento emprestada a bancos brasileiros. “Se decidirmos, por exemplo, voltar ao nível negociado, os bancos brasileiros que fossem atingidos pelo corte deveriam considerar-se obrigados a não nos pagar o que já devem, fazendo o depósito no BC?”